UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS- ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Curso: MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

Tecnologias de gestão em organizações intensivas em conhecimento e em TICs

MODELO INOVADOR DE CAPACITAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS NAS ESCOLAS COM TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI LUCAS (13.722/2018)

Cpf 03549459980

Florianopolis
2024

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 04
1.1. OBJETIVOS 05
2. JUSTIFICATIVA 06
3. REFERÊNCIAL TEÓRICO 07
4. METODOLOGIA.....10
5. CRONOGRAMA.....11
REFERÊNCIAS 12

1. INTRODUÇÃO

A segurança e o bem-estar no ambiente escolar são elementos essenciais para o pleno desenvolvimento acadêmico e emocional dos estudantes. Com o advento da Lei Nº 13.722/2018, conhecida como Lei Lucas, a obrigatoriedade da capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados emerge como um marco significativo na busca por ambientes educacionais mais preparados para lidar com situações de emergência médica (MORENO, 2021).

Apesar da importância da lei, ainda há muitas dúvidas sobre sua efetividade prática. O problema central se desdobra em três aspectos fundamentais: a falta de dados sobre a implementação da lei, a ineficácia da capacitação tradicional em primeiros socorros e a desigualdade no acesso a essa capacitação (JÚNIOR, 2023)

No que diz respeito à falta de dados, não foram encontradas para a elaboração desse trabalho informações precisas sobre o número de escolas que já ofereceram a capacitação, o conteúdo dos cursos ministrados e a qualidade do treinamento. Esta lacuna compromete a avaliação efetiva da implementação da Lei Lucas, tornando difícil a identificação de áreas de sucesso e de necessidades de aprimoramento, embora a Lei Lucas estabeleca a obrigatoriedade da capacitação anual, direcionada a professores e funcionários, visando não apenas a resposta imediata em situações de emergência, mas também a criação de uma cultura preventiva no ambiente escolar

A ineficácia da capacitação tradicional também representa um desafio significativo. Os cursos ministrados de maneira presencial frequentemente apresentam limitações, tais como baixo engajamento, retenção de conhecimento insatisfatória e dificuldade de atualização. Esses obstáculos comprometem a eficácia do treinamento e, consequentemente, a preparação dos profissionais para lidar com situações de emergência no ambiente escolar.

A desigualdade no acesso à capacitação destaca outra dimensão do problema. Profissionais de áreas remotas ou com horários apertados podem enfrentar dificuldades para participar de treinamentos presenciais, gerando disparidades na preparação para primeiros socorros entre diferentes regiões e grupos de profissionais.

Pela experiência da autora, nas visitas à escolas no projeto Rondon, é normal observar a ausência de treinamento dos professores de ensino básico para lidar com situações de emergência no ambiente escolar. Assim, há a necessidade de validar estatisticamente essa obsevação e entender melhor as deficiências do processo de capacitação.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Propor um modelo inovador de capacitação em primeiros socorros nas escolas com a utilização de tecnologias digitais para o cumprimento da lei Lucas.

1.1.2 Objetivos específicos

- Levantar o cumprimento efetivo da Lei Lucas em escolas públicas de ensino fundamental participantes do projeto rondon, que é um projeto de extensão da UDESC, armazenando os dados coletados em uma banco dados, com alguns campos e relatórios públicos;
- Avaliar os modelos de capacitação que tem sido empregado para capacitação nessas escolas;
- Identificar os principais desafios enfrentados na implementação da Lei Lucas, levando em consideração fatores como infraestrutura, recursos disponíveis e aderência às diretrizes estabelecidas pela legislação;
- Elaborar um modelo de capacitação inovador, com o uso intensivo de tecnologia de informação e comunicação, que facilite a aprendizagem de técnicas para o cumprimento da Lei lucas;
- Implementar, avaliar e refinar o modelo proposto em uma escola do programa;

2. JUSTIFICATIVA

A urgência e a complexidade das demandas contemporâneas impõem a necessidade de repensar e fortalecer os protocolos de segurança no ambiente escolar. A promulgação da Lei Lucas (13.722/2018) representa um avanço legislativo crucial, reconhecendo a importância da capacitação em primeiros socorros para professores e funcionários. Nesse contexto, justifica-se a realização deste trabalho pela relevância de avaliar a efetiva implementação dessa legislação e propor um modelo inovador de capacitação, alinhado às características da sociedade digital (BASTOS, 2020).

Primeiramente, a avaliação da implementação da Lei Lucas é essencial para compreender a eficácia da legislação em vigor. A identificação de desafios, lacunas e avanços permitirá direcionar esforços para aprimorar a aplicação das diretrizes propostas, assegurando que a formação em primeiros socorros seja abrangente, eficiente e esteja em consonância com as necessidades reais das escolas.

A proposição de um modelo inovador de capacitação em primeiros socorros se justifica diante da constante evolução tecnológica e da necessidade de adaptação dos métodos educativos às características da era digital. A integração de tecnologias digitais no processo de aprendizagem não apenas torna a formação mais acessível e dinâmica, mas também proporciona uma abordagem mais eficaz na transmissão de conhecimentos práticos, essenciais para situações de emergência médica.

Além disso, a relevância social desse trabalho reside na contribuição para a construção de ambientes escolares mais seguros, preparados e conscientes em relação aos primeiros socorros. A capacitação de professores e funcionários não apenas atende às exigências legais, mas também promove uma cultura de prevenção e cuidado, refletindo diretamente na segurança e bem-estar dos alunos. Neste aspecto, ações de Extensão Universitária fortalecem a inserção da pós-graduação na Educação Básica, fortalecendo o Movimento Extensionista da Instituição e contribuindo para o movimento de Curricularização da Extensão, proposto pela Resolução nº 7 de 2018 do MEC/CNE/CES, que prevê que “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”. Desta forma, ao envolver a pós-graduação como possibilidade de apoio à Curricularização da Extensão, contribui-se para a cultura de pesquisa e produção acadêmica na UDESC, ao aproximar a pós-graduação dos acadêmicos ainda na etapa da graduação.

Em última análise, este trabalho busca preencher uma lacuna no cenário educacional ao avaliar a implementação de uma legislação crucial e propor estratégias inovadoras para aprimorar a formação em primeiros socorros. Ao fazê-lo, contribui-se não apenas para o desenvolvimento de práticas mais eficazes e alinhadas com a contemporaneidade, mas também para a construção de um ambiente escolar mais seguro, responsivo e preparado para lidar com emergências médicas.

A proposta de ralizar ações de Extensão Universitária diretamente na Educação Básica está de acordo com o que a CAPES sinaliza em seu oficial Documento de Área da Administração de Empresas, propondo medidas de indução de interação com o Ensino

Fundamental e Médio, explicitando que a pós-graduação é um ente importante no alcance deste objetivo, pois:

> A área reconhece a relevância de garantir a qualidade no ensino Fundamental e Médio com o elemento para o avanço do país, bem como o papel da pós-graduação na pesquisa pedagógica e aprendizagem nos diferentes níveis de formação. Apesar de, historicamente, não ter atuado de forma mais incisiva sobre a questão, entende-se que a área pode contribuir para a melhoria da educação em todos os níveis por meio de ações promovidas no âmbito das atividades de docentes e de grupos de pesquisa, associadas ao propósito de formação e de impacto do PPG (CAPES, 2019a, p. 18).

Ao promover a convergência entre a legislação vigente, a avaliação prática da sua implementação e a proposição de um modelo de capacitação inovador, este trabalho contribuirá significativamente para o fortalecimento da segurança nas escolas e para o desenvolvimento de práticas educacionais alinhadas às exigências contemporâneas. A análise crítica e a proposta de um modelo inovador representam passos fundamentais na construção de ambientes escolares mais seguros e preparados para enfrentar desafios emergenciais, contribuindo assim para a formação integral dos indivíduos no contexto educacional.

Por fim, esta é uma área de interesse a atuação da autora que possui vasta experiência em Enfermagem e especializações em áreas como Saúde da Família, enfermagem do trabalho e MBA em Gestão Hospitalar, atua desde 2006 na UDESC, focando no atendimento de urgência e emergência para a comunidade acadêmica. Essa vivência a coloca em contato direto com situações que exigem conhecimento e habilidades em primeiros socorros. A autora também possui experiência em pesquisa, tendo coordenado e participado de projetos de extensão e apresentado trabalhos em eventos científicos. A autora acredita que o desenvolvimento da proposta de mestrado contribuirá para a sua formação profissional, para o avanço da área de Tecnologias de Gestão e para a sociedade como um todo.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A questão da segurança e bem-estar no ambiente escolar tem se tornado cada vez mais premente, refletindo a necessidade urgente de implementação de políticas e práticas que assegurem a proteção eficaz de alunos, professores e demais membros da comunidade educacional. Nesse cenário, a promulgação da Lei Lucas (13.722/2018) emerge como um marco legislativo relevante ao tornar obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros

socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados. Tal legislação representa um avanço significativo na busca por ambientes educacionais mais seguros e preparados para lidar com situações de emergência médica (CALDAS, 2022).

A contextualização desse tema remete à complexidade dos desafios contemporâneos enfrentados pelo sistema educacional. A segurança no ambiente escolar transcende a mera proteção física, abrangendo a preparação eficaz para lidar com emergências médicas, que, quando não prontamente atendidas, podem resultar em consequências severas. A adoção da Lei Lucas, portanto, reflete uma resposta legislativa consciente às demandas crescentes por uma educação mais segura e apta a enfrentar situações de urgência.

No âmbito da Lei Lucas, é crucial compreender sua origem e motivação. A legislação foi sancionada em 4 de outubro de 2018, durante o governo do então presidente Michel Temer. Seu nome homenageia Lucas Begalli Zamora, um adolescente de 10 anos que faleceu em 2017 após se engasgar durante um passeio escolar. A tragédia evidenciou a importância da capacitação em primeiros socorros e, mais especificamente, a necessidade de que profissionais da educação estejam preparados para lidar com situações de emergência, salvaguardando a vida dos estudantes (BASTOS, 2020).

A Lei Lucas estabelece, em seu texto, a obrigatoriedade de capacitação anual em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados. A periodicidade anual da capacitação visa garantir a reciclagem contínua dos conhecimentos, proporcionando atualização constante diante de novas práticas e tecnologias emergentes na área de primeiros socorros.

Além disso, a legislação estipula a responsabilidade dos sistemas de ensino na promoção da capacitação dos profissionais das escolas públicas, enquanto nos estabelecimentos privados, a tarefa é atribuída a profissionais habilitados. A quantidade de profissionais capacitados em cada instituição, seja pública ou privada, é determinada em regulamento, considerando o porte da instituição e o fluxo de atendimento de crianças e adolescentes (MORENO, 2021).

O treinamento de primeiros socorros nas escolas desempenha um papel fundamental na promoção da segurança e bem-estar dos alunos, professores e funcionários. Essa prática não apenas fornece conhecimentos essenciais para lidar com situações de emergência, mas também contribui para a formação de uma comunidade escolar mais preparada e resiliente (MELLO, 2023).

Ao integrar o treinamento de primeiros socorros no ambiente escolar, as instituições educacionais capacitam os membros da comunidade a responder de maneira eficaz a incidentes

médicos inesperados. Isso inclui a capacidade de administrar cuidados imediatos em casos de lesões, crises respiratórias, paradas cardíacas, entre outros eventos críticos (VIEIRA NUNES, 2021).

Além disso, o conhecimento em primeiros socorros não se limita apenas ao ambiente escolar; ele equipa os alunos com habilidades que podem ser aplicadas em diversas situações ao longo de suas vidas. A conscientização sobre a importância do treinamento de primeiros socorros não só fortalece a segurança dentro da escola, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais preparada e capaz de lidar com emergências de saúde (MARGARIDA, 2021). Ao propor atividades didáticas e pedagógicas que envolvam ações de Extensão Universitária, este projeto alinha-se com as sugestões para o desenvolvimento da Área de Administração de Empresas propostas no documento da CAPES, especificamente relacionadas com a "participação direta no Ensino Fundamental e Médio", destacando-se:

> Participação de professores dos PPG em projetos de extensão em escolas públicas; Motivar a participação de professores em projetos de democratização da ciência, com foco em alunos do Ensino Fundamental e Médio; Palestras de docentes e discentes em escolas do Ensino Fundamental e Médio; Parceria com a área de Educação para o desenvolvimento de ferramentas e soluções de gestão escolar. Atrair diretores de escolas públicas para Mestrado Profissional em Administração (CAPES, 2019, p.19).

Outrossim, destaca-se o fato da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), em seu documento orientador de Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN) de Pós-Graduação Stricto Sensu, especificamente para a área de Administração Pública e de Empresas, sugerir que em sua gênese, os cursos desta área tenham impacto "no âmbito científico e/ou de outras esferas da sociedade (p. ex. mercado, governo, sociedade civil), coerentes com sua proposta de formação, coerentes com sua proposta de formação" (CAPES, 2023, p.4), algo que este projeto pode contribuir muito, para o fortalecimento do Programa de Pós-Graduação da ESAG/UDESC.

Malheiro (2019), relata que a presença de profissionais de educação treinados em primeiros socorros cria um ambiente educacional mais seguro, promovendo a confiança e a tranquilidade entre os membros da comunidade escolar. Além disso, a disseminação desse conhecimento entre os alunos pode resultar em uma geração mais consciente e proativa quando se trata de situações de emergência, proporcionando benefícios tanto para a comunidade escolar quanto para a sociedade em geral.

A abrangência da Lei Lucas vai além da capacitação em si. Ela também prevê a necessidade de disponibilização de kits de primeiros socorros nas escolas, conforme orientações de entidades especializadas em atendimento emergencial à população. Essa medida complementar reforça a importância não apenas do conhecimento teórico, mas também da prontidão em dispor dos recursos adequados para a prestação imediata de assistência em casos de emergência (MORENO, 2021).

A implementação efetiva da Lei Lucas, no entanto, não é um processo isento de desafios. A diversidade de realidades educacionais, a disponibilidade de recursos e a complexidade na gestão administrativa podem representar obstáculos para a aplicação integral da legislação. Nesse sentido, a avaliação da implementação da Lei Lucas torna-se essencial para identificar esses desafios, propor soluções e garantir que os objetivos da legislação sejam alcançados de maneira efetiva. No entanto, a simples implementação da legislação não é suficiente para garantir a preparação ideal das escolas diante de emergências médicas. É necessário considerar a dinâmica evolutiva da sociedade e a rápida integração de tecnologias digitais em diversos setores, incluindo a educação. Diante desse contexto, surge a necessidade de explorar modelos inovadores de capacitação em primeiros socorros que incorporem as vantagens e a eficiência das tecnologias digitais (CALDAS, 2022).

A proposta de um modelo inovador de capacitação em primeiros socorros, com a integração de tecnologias digitais, almeja atender a essa demanda. A sociedade contemporânea está imersa em um cenário tecnológico em constante evolução, e a educação não pode ficar alheia a esse processo. A introdução de elementos digitais no processo de capacitação não apenas moderniza as práticas educativas, mas também oferece uma abordagem mais dinâmica, acessível e adaptada às expectativas dos profissionais da educação.

4. METODOLOGIA

A pesquisa proposta será conduzida em cinco etapas distintas para avaliar a implementação da Lei Lucas (13.722/2018) e desenvolver um Modelo Inovador de Capacitação em Primeiros Socorros nas escolas. A primeira fase consistirá em uma revisão bibliográfica abrangente sobre a Lei Lucas, a importância da capacitação em primeiros socorros, as tecnologias digitais aplicáveis e as melhores práticas para implementação de programas de capacitação online.

Na segunda etapa, será realizado um levantamento de dados por meio de um survey online, direcionado a professores e funcionários de escolas públicas nas cidades de Santa Catarina que participaram do Projeto do Núcleo Extensionista Rondon (NER - UDESC), que faz parte de uma das principais ações de extensão da Udesc, que vem inserindo a universidade em diferentes áreas de conhecimento e em diversos cenários de Santa Catarina. O objetivo desta etapa é avaliar o nível de implementação da Lei Lucas nessas instituições. Os dados levantados serão armazendos em um banco de dados, cujo modelo poderá ser utilizado por outras escolas de ensino básico e fundamental.

A terceira fase envolverá a coleta e análise de dados sobre a efetividade da capacitação tradicional em primeiros socorros, juntamente com a identificação das necessidades específicas das escolas em relação a esse treinamento. Essas informações serão fundamentais para o desenvolvimento do Modelo Inovador de Capacitação.

O quarto passo compreenderá o desenvolvimento prático do Modelo Inovador, englobando a criação de uma Plataforma EAD Interativa, um Aplicativo Mobile e a implementação de um sistema de Big Data e Analytics. A plataforma EAD será projetada com conteúdo multimídia, como vídeos, animações e jogos, para otimizar a aprendizagem e retenção do conhecimento. O aplicativo mobile proporcionará acesso rápido a informações sobre primeiros socorros, guias passo a passo ilustrados e um sistema de geolocalização para identificar profissionais capacitados próximos. O sistema também auxiliará na coleta e análise de dados sobre os treinamentos, dúvidas dos participantes e situações de emergência atendidas, identificando áreas de melhoria e gerando relatórios personalizados.

Na quinta e última etapa, será realizada a implementação do Modelo Inovador em uma escola piloto, a partir de ações de Extensão Universitária para difusão e compartilhamento dos conhecimentoes e tecnologias produzidas, seguida pela avaliação de sua efetividade e refinamento do modelo. A coleta de dados ocorrerá por meio de questionários, entrevistas e

análise de dados de uso da plataforma EAD e do aplicativo mobile. Ao final do processo, será elaborado um relatório final que consolidará os resultados da pesquisa, destacando as recomendações para a replicação do modelo em outras escolas. Essa abordagem metodológica integrada busca não apenas avaliar a eficácia da Lei Lucas, mas também propor soluções inovadoras e adaptadas à realidade contemporânea para a capacitação em primeiros socorros nas escolas.

5. CRONOGRAMA

ANO / ATIVIDADES	**2º SEMESTRE 2024**	**1º SEMESTRE 2025**	**2º SEMESTRE 2025**	**1º SEMESTRE 2026**
Revisão bibliográfica	**X**			
Discussão do projeto com o/a orientador (a)	**X**			
Integralização dos componentes curriculares do Mestrado	**X**			
Planejamento e coleta de dados		**X**		
Análise dos dados		**X**	**X**	
Elaboração do modelo de capacitação		**X**	**X**	
Qualificação da Dissertação		**X**		
Implementação e refinamento do modelo			**X**	**X**
Revisão pós-qualificação e conclusão dos capítulos da Dissertação			**X**	**X**
Elaboração e submissão de artigo			**X**	**X**
Defesa da Dissertação				**X**

REFERÊNCIAS

BASTOS SOUSA, Mariana. A OBRIGATORIEDADE DOS PRIMEIROS SOCORROS NAS ESCOLAS: ANÁLISE DA LEI 13.722/2018. Iniciação Científica Cesumar, v. 22, n. 2, 2020.

CALDAS, Eduarda Borges. Análise da adequação das escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro à Lei Lucas. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - Documento de Área – Área 27: Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo – Ministério da Educação (MEC), 2019. Disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/adm-pdf >, acessado em 11/03/2024

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - Requisitos para a Apresentação de Propostas de Cursos Novos (APCN) Administração, Ciências Contábeis e Turismo – Ministério da Educação (MEC), 2023. Disponível em <http://bit.ly/3uWAiFj>, acessado em 11/03/2024.

JÚNIOR, Wagner Braga Dias; JACOB, Alexandre. A OMISSÃO DO ESTADO NA LEI Nº. 13.722/2018–"LEI LUCAS". Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 13, n. 1, 2023.

MALHEIRO, Alessandra Domingues; DE SOUZA FERNANDES, Flávia. Atividades educativas de primeiros socorros para estudantes de escolas públicas de Camboriú-SC. Caminho Aberto: revista de extensão do IFSC, 2019.

MARGARIDA, Mykaella Cristina Araújo et al. Experiência de residentes multiprofissionais na orientação de primeiros socorros e prevenção de acidentes nas escolas. REVISA (Online), p. 109-116, 2021.

MELLO, Kelli Christiane et al. Metodologias educativas na aprendizagem de primeiros socorros em escolas:: Revisão de Escopo. REME-Revista Mineira de Enfermagem, v. 27, 2023.

MORENO, Silvia Helena Reis; FONSECA, João Paulo Soares. A importância das oficinas de primeiros socorros após implantação da lei Lucas: a vivência de um colégio. Brazilian Journal of Health Review, v. 4, n. 2, p. 4661-4674, 2021.

VIEIRA NUNES, Leonardo et al. ENSINO DE PRIMEIROS SOCORROS EM ESCOLAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA. Revista Ciência em Extensão, v. 17, 2021.